**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ARTICULAÇÕES FRÁGEIS, PORÉM PERCEPTÍVEIS**

 *Eliane Gatto[[1]](#footnote-1)*

 *Ana Cláudia Delfini*

*[[2]](#footnote-2)*

**Eixo Temático: Práticas Educativas**

Este texto discute as experiências de ensino com professores nos anos finais do Ensino Fundamental da única escola da rede estadual no município de Flor do Sertão em Santa Catarina. O objetivo deste trabalho é analisar se as concepções propostas nas políticas públicas de Educação Ambiental (EA), foram incorporados às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores na escola, assim como procuramos analisar se tais práticas contribuíram para efetivação da Educação Ambiental e estão contempladas no Projeto Político Pedagógico. Os procedimentos metodológicos foram a análise do Projeto Político Pedagógico e a pesquisa de campo com professores para observar as ações pedagógicas desenvolvidas com as turmas atendidas de sexto ano do ensino fundamental. Foram realizadas, até o momento, entrevistas com seis professores, uma gestora educacional, um assistente técnico pedagógico e uma assistente em educação. Na escola em questão, o Projeto Político Pedagógico/PPP, documento elaborado pela comunidade escolar do qual constam as ações planejadas, organizadas e executadas pela escola, é considerado um modo de descentralizar os poderes de elaboração da esfera central para local, mas com regulações que são feitas pelas orientações que devem ser observadas ao elaborar e programar essas ações. Segundo o Assistente Técnico Pedagógico da Escola no município Flor do Sertão, efetivo há 5 anos na escola, o PPP da Unidade Escolar é reelaborado a cada ano, a partir dos critérios definidos pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de SC. Quanto à Educação Ambiental, o PPP apresenta relação desta com a “manutenção da vida” (PPP, 2012, p. 72). Embora não haja nenhuma referência à Política ou Programa Estadual de EA (ProEEA), a Lei nº 9795/99 ou ao Programa Nacional (ProNEA) o documento destaca a preocupação com a “vida sustentável”, “uso racional de recursos”, destino adequado do “lixo” e “reciclagem”. Os autores Guerra e Guimarães (2007), na tentativa de entender e justificar a tímida presença da EA no “chão da escola” recorrem à contribuição de Nóvoa (1995) e Shön (1995), quando afirmam que o “problema da formação não é especifico da EA”, por entender que a formação de professores não se reduz a “treinamento”, mas muita análise e reflexão sobre suas próprias ações pedagógicas. A Educação Ambiental não deveria ser entendida apenas como meio de resolução de problemas ambientais, ressalta Sauvé (2005, p. 1), afinal, o meio ambiente não pode ser reduzido a um grupo de problemas a ser resolvido, mas um meio de vida que deve ser respeitado por quem pertence a ele. Dentre as ações contempladas nos registros da escola, foi significativa a preocupação dos professores em discutir com os educandos o impacto ambiental e social da construção no município, da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Flor do Sertão. Nas entrevistas os sujeitos explicaram a estratégia utilizada de organizar, por meio de fotos encontradas nos arquivos da Prefeitura, um comparativo do antes e depois da construção pela visita ao local. Aproveitar a realidade local é a forma de tornar o processo de ensino e aprendizagem significativas ao educando. As entrevistas revelaram o quanto os professores estão dependentes do livro didático para realizar seu planejamento, não aproveitando a oportunidade que a realidade do próprio município oferece de tornar os conteúdos a serem trabalhados mais significativos para os educandos. Os resultados indicaram dificuldades junto ao grupo de professores em conceituar e caracterizar a educação ambiental tanto no Projeto Político-Pedagógico, quanto no planejamento e desenvolvimento das ações pedagógicas na escola. Os sujeitos ouvidos, mesmo apresentando formação inicial e continuada na área educacional, admitiram que não conseguiam dar conta dos desafios referentes às determinações das Políticas Públicas para a Educação Ambiental. Constatamos também, que de forma positiva o grupo de educadores procurou incorporar em suas ações “atitudes ecológicas”, do qual o resultado almejado foi, não a conscientização relatada nas entrevistas, mas pelo menos, a sensibilização para as questões ambientais, de sustentabilidade e responsabilidade social. Mesmo com as lacunas na formação e fundamentação, deixaram explícitos o quanto acreditam ser essencial sensibilizar todos que estão envolvidos no processo educativo, tentando cada vez mais trabalhar de forma conjunta com seus colegas

**Palavras-chave**: Políticas públicas; Educação ambiental; Projeto Político Pedagógico.

**Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Programa** **nacional de educação ambiental - ProNEA**. - 3. ed - Brasília : Ministério doMeio Ambiente, 2005.

GUERRA.; GUIMARÃES. M. Educação Ambiental no Contexto Escolar: Questões levantadas no GDP. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 2, n. 1 – p. 155-166, 2007.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores.** Lisboa: Porto Editora, 1995, p. 11-30.

SAUVÈ. L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e** **Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317- 322, maio/ago. 2005.

SHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.) **Os professores e sua formação.** Lisboa, Dom Quixote, 1995.

1. Acadêmico/a de curso de pós-graduação Doutorado em Educação, da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

E-mail: gattoeliane@hotmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor/a Orientador/a. Curso de pós-graduação Doutorado em Educação, da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

E-mail: anaclaudia@univali.br

Agência de Fomento: PROSUC/ CAPES [↑](#footnote-ref-2)